

PREFÁCIO

Diferentemente dos países anglo-saxónicos, tem havido em Portugal pouca análise sociológica das políticas sociais, e mais especificamente das políticas educativas. Felizmente, em anos recentes, esta lacuna começou a ser confrontada e o resultado tem sido o aparecimento de algumas análises de apreciável qualidade. O trabalho aqui em foco integra este conjunto.

Como é que se explica o interesse dos países anglo-saxónicos pela análise das políticas? Para começar, a língua inglesa faz uma distinção entre *politics* (o processo da política) e *policy* (o produto desse processo, isto é, as políticas em si) que certamente atrai a atenção do estudioso para o que o mundo inglês tem vindo a denominar *policy studies*. Existe aí também uma preocupação com a definição dos limites que determinam o que é (im)possível fazer, por exemplo, no domínio da educação, isto é, uma preocupação com a delimitação da própria política educativa, em termos do que faz (ou não faz) parte da agenda para a educação. Esta preocupação resulta, provavelmente, de uma consciência aguda dos investigadores anglo-saxónicos dos efeitos de uma economia cada vez mais mundializada e do sistema de Estados-nação sobre os sistemas — neste caso, educativos — nacionais. Não obstante isso, um autor como Roger Dale tem criticado a análise feita das políticas de educação pelos analistas ingleses por sofrerem i) de um "provincianismo disciplinar" (o que conta como "comunidade da análise das políticas" é definido somente através da educação, havendo uma prioritização do que é visto como único na educação) e ii) de pressupostos etnocentristas (conduzindo a uma situação em que os sistemas educativos nacionais são "naturalizados" como os únicos). Dale também enfatiza a importância da distinção, muitas vezes ignorada, entre o processo da elaboração das políticas e o processo da sua implementação.

Na análise que se faz das políticas educativas, pode haver, segundo Codd (1988), dois grandes objectivos: i) proporcionar uma base de informação sobre a

qual as políticas são construídas; ii) desenvolver uma apreciação crítica das políticas existentes. O primeiro objectivo conduz a uma análise para a elaboração de políticas, ou com o fim de produzir recomendações para a acção, ou com o fim de proporcionar informação e dados que possam informar o processo de elaboração. O segundo constitui uma análise das políticas, ou para examinar os processos que influenciam/determinam a construção das políticas e os efeitos de tais políticas sobre grupos diferentes, ou para examinar os valores, pressupostos e ideologias na base da construção das políticas. É no domínio deste segundo objectivo que podemos situar a análise feita por Fátima Antunes.

O foco de análise da autora é a construção de um mapa relativamente às propostas no campo da política educativa durante, sobretudo, os anos oitenta em Portugal. Tendo sido uma década dominada, ao nível da política educativa, pela preocupação em ligar o mundo de trabalho e o mundo da educação escolar, é natural que “o debate acerca do ensino profissional na escola pública” ocupe um lugar de destaque na análise produzida. Contudo, o objectivo principal do trabalho que agora se apresenta corresponde à tentativa de compreender como “os processos de construção e conquista de consenso (e consentimento) face à educação escolar” se desenvolveram, tendo em conta, por um lado, a “negociação/construção de alianças” e, por outro, “o debate ideológico conducente à definição do senso comum”.

O conceito que torna possível esta tentativa de compreensão, e em torno do qual gira todo o trabalho, é o conceito gramsciano de hegemonia. Este conceito refere-se às tentativas mais ou menos bem sucedidas da classe dominante, ou de uma parte dela, para usar a sua liderança política, moral e intelectual “impondo”, muitas vezes através de concessões negociadas, a sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, assim “moldando” os interesses e as necessidades dos grupos subordinados. Trata-se, como é evidente, de um processo pleno de tensões e de conflito (aliás como o é todo o campo de política social). A grande vantagem deste conceito é tornar possível, como afirma a própria autora, abrir “espaço para, por um lado, conceptualizar e investigar a acção política e suas lutas (...) e, por outro lado, identificar e compreender os seus resultados, em termos de continuidade e mudança social, bem como, as derrotas e vitórias, para os agentes e grupos sociais envolvidos, as ambiguidades, silêncios e ausências implicados nas relações e estruturas sociais assim estabelecidas” (p. 31).

Pode considerar-se este livro de Fátima Antunes como pioneiro e, por isso, audacioso. Sem dúvida, o seu conteúdo dará “muito pano para mangas” e, inevitavelmente, os debates que suscita constituirão parte da luta (contra)hegemónica.

Porto, 16 de Abril de 1998

Steve Stoer

Referências bibliográficas

- Dale, R. (1993). Applied Education Politics or Political Sociology of Education? Contrasting Approaches to the Study of Recent Education Reform in England and Wales. Artigo policopiado, Departamento de Educação, Universidade de Auckland, Nova Zelândia.
- Codd, J. (1988). The Construction and Deconstruction of Educational Policy Documents. In *Journal of Education Policy*, 3, 3, 235-247.